

AGRICULTURA EM SÃO PAULO  
Boletim Técnico do Instituto de Economia Agrícola

Ano 37

Tomo 2

1990

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO(1)

Luis Henrique Perez(2)

RESUMO

Esse trabalho teve como objetivos a obtenção de cadastro das organizações de pequenos produtores rurais do Estado de São Paulo e a sua caracterização de acordo com sua situação jurídica, época e fonte de apoio na criação, tamanho, atividades desenvolvidas, etc. As informações foram obtidas através do levantamento de 403 formulários, dos quais foram selecionados 271, correspondentes a 124 cooperativas, 90 associações informais registradas e 57 associações informais não registradas. Os resultados mostraram nitida diferenciação entre esses tipos de organizações, a forte presença do poder público nos últimos anos e o desenvolvimento de atividades que permitem uma maior captação do excedente econômico gerado pelos pequenos produtores.

Palavras-chave: Organização, pequenos produtores, São Paulo.

THE ORGANIZATION OF SMALL FARMERS IN SÃO PAULO STATE

SUMMARY

The aim of this essay was to have a file of the organizations of small farmers of the State of São Paulo and their characterization according to the legal status of the organization as well as the time of creation, source of support, size and the activities they carried out. Out of 271 forms 124 were surveyed among cooperatives, 90 among informal and registered associations and 57 were surveyed among informal and non-registered associations.

The results showed clear differences among these kinds of organization, strong influence of the public sector in the last years, and the development of activities which result in increasing appropriation of the economic excedent generated by the small farmers.

Key-words: Organization, small farmers, São Paulo

(1) Trabalho referente ao projeto SPTC 16-016/88. Este trabalho é parte da Pesquisa Sobre Formas de Organização de Pequenos Produtores Rurais no Brasil, desenvolvida pelo Ministério da Agricultura, através da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), da Secretaria de Planejamento Agrícola (SUPLAN) e da Secretaria Nacional de Cooperativismo (SENAACOP), em colaboração com a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Recebido em 10/10/89. Liberado para publicação em 19/01/90.

(2) Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

## 1 - INTRODUÇÃO

A Pesquisa Sobre Formas de Organização de Pequenos Produtores Rurais no Brasil foi desenvolvida pelo Ministério da Agricultura, com consultoria e assessoria de técnicos do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA) e com a colaboração das secretarias estaduais de agricultura.

A análise do problema da pequena produção foi feita levando em conta o País como um todo e, portanto, apresenta diferentes graus de adequação regional, em função de também diferentes graus de desenvolvimento do capitalismo.

O objetivo geral da pesquisa é verificar se o pequeno produtor rural, organizado em diferentes formas associativas, consegue minimizar o grau de subordinação ao modo de produção dominante, a fim de que possa ter o controle do processo produtivo e melhorar suas condições de vida.

Para tanto, a pesquisa foi dividida em duas fases, sendo a primeira constituída por levantamento cadastral das organizações de pequenos produtores rurais e de coleta de subsídios para a formulação de plano amostral para a pesquisa de campo, a ser realizada na segunda fase.

### 1.1 - A Transformação da Pequena Produção no Brasil e a Importância da Organização Rural

Os pequenos produtores rurais não têm conseguido que a renda gerada em suas unidades produtoras seja retida numa proporção que lhes propicie resultados econômicos satisfatórios.

Essa situação, em geral, decorre do crescente desenvolvimento do capitalismo no campo, incrementado pelo padrão de crescimento dominante nas últimas décadas, baseado em alta tecnologia para produção de produtos exportáveis, com implicações que afetam diretamente o pequeno produtor.

Dentre essas implicações destacam-se, de um lado, uma maior concentração da propriedade da terra e, de outro lado, uma maior atomização dos estabelecimentos dos pequenos produtores. Intensifica-se a assimetria nos termos de troca cidade-campo, tanto pela política de preços quanto pela crescente persistência de formas oligopólicas ou monopsonicas intervenientes no mercado. Conseqüentemente, há uma maior subordinação da economia do pequeno produtor ao modo de produção dominante, gerando uma crescente transferência de seu excedente econômico e uma crescente migração rural-urbana, através da qual se transfere para os grandes centros urbanos os problemas dos agricultores não resolvidos no campo.

SILVA (4) considerou que "os pequenos produtores rurais, dentro do processo produtivo, podem estar enquadrados nas seguintes situações de subordinação:

#### a) Proprietário fundiário

Nestes casos a extração de excedente ocorre através do pagamento da renda da terra por parte do parceiro ou do arrendatário, ou através da obrigação de trabalhar na propriedade por salários inferiores aos regionais.

#### b) Capital comercial

A expropriação, nestes casos, ocorre através do repasse de crédito aos produtores a taxas de juros mais elevadas que as do sistema financeiro oficial, abastecimento de produtos (alimentos e insumos) a preços superiores aos de mercado e compra antecipada da produção a preços inferiores.

#### c) Agroindústrias e cooperativas capitalistas

Nestes casos a subordinação se dá através do financiamento dos insumos e da assistência técnica, criando no pequeno produtor uma dependência e forçando-o a adotar novas tecnologias; e também através da venda em um mercado monopsonico de matéria-prima agrícola. Muitas vezes, as agroindústrias subordinam os pequenos

produtores através de mecanismos semelhantes ao do capital comercial.

Em todos os casos, o que se tem afirmado é que o pequeno produtor não é independente e nem está desconectado do circuito global do capital.

O desenvolvimento do capital na agricultura impõe papéis a serem desempenhados por essa categoria de produtores, tornando-os cada vez mais dependentes dos mecanismos estruturais de mercado e induzindo-lhes à perda do controle do processo produtivo e da capacidade de reter o excedente econômico. Com isto, intensifica-se a diferenciação entre os pequenos produtores provocando, na maioria dos casos, a desestruturação de suas unidades produtivas".

O processo de diferenciação dos pequenos produtores rurais, segundo LLOSA(2), "pode ser compreendido através da análise do "contexto" em que esses produtores estão inseridos. Assim, os distintos modos e graus de subordinação dos pequenos produtores são medidos segundo o grau de penetração do capitalismo no campo e as funções que o sistema, em seu conjunto, determina como parte integrante do sistema de acumulação (contexto geral). A nível mais específico (contexto imediato) as modalidades que assumem a articulação da pequena produção com os proprietários da terra, o capital comercial e financeiro, e, com as grandes empresas agroindustriais serão causadoras, no tempo, de processos de diferenciação, originando, por um lado, que as unidades produtoras tenham a sua autonomização (para cima) ou por outro, a sua desagregação de proletarianização (para baixo)".

Em outras palavras, o processo de diferenciação tende a transformar uma parcela dos pequenos produtores em pequenos empresários, capazes de reproduzir o capital (capitalização), e outra parcela em trabalhadores, rurais ou urbanos (proletarianização).

A realidade dos pequenos produtores se caracteriza, portanto, por

uma série de pontos e situações específicas. É importante, para sua compreensão, como também para a definição de estratégias e políticas voltadas para o seu benefício, determinar e caracterizar estas situações e as formas que provocam sua mobilidade, seja no sentido da capitalização ou de proletarianização.

Nesse sentido, a organização de pequenos produtores rurais coloca-se como estratégia básica de uma política de desenvolvimento rural. Admite-se que o produtor organizado redna possibilidades de reter, em maiores proporções, a renda gerada em suas unidades produtoras, resultando em melhoria de sua capacidade produtiva e das suas condições de vida.

Supõe-se, também, que numa unidade associativa, o pequeno produtor tenha melhores condições de barganhar e defender os seus interesses, de se desenvolver no plano individual e social, de tomar conhecimento mais rapidamente de sua realidade e de visualizar os problemas e soluções com mais clareza.

O conhecimento empírico tem revelado a existência de múltiplas e variadas modalidades de associações de pequenos produtores rurais no Brasil. Muitas dessas modalidades surgiram como resposta à satisfação de necessidades concretas desses produtores (formas espontâneas), outras surgiram por ação dos órgãos públicos e outras ações externas (formas induzidas).

Algumas dessas modalidades obtiveram um certo grau de desenvolvimento, alcançando sua consolidação e oferecendo níveis aceitáveis de resposta à problemática que enfrentam seus membros. Outras, por circunstâncias diversas, não conseguiram consolidar-se e sofreram diversos graus de desagregação.

As características, dimensão, funcionamento e resultados dessas experiências são, portanto, praticamente desconhecidas, estando a necessitar de estudos e análises. Por essa razão, justifica-se a realização de uma pes-

quisa que identifique e analise as diversas modalidades associativas, formais e informais, a fim de que os resultados possam servir de subsídios na definição ou reorientação de políticas que levem em conta a organização dos pequenos produtores rurais.

## 2 - OBJETIVOS

Os objetivos específicos da primeira fase da pesquisa, no Estado de São Paulo, são:

- a) obter cadastro das organizações rurais no Estado de São Paulo;
- b) avaliar a evolução dos tipos de organização, criadas ao longo do tempo;
- c) avaliar a eficácia na indução da organização rural, realizada por diversos agentes;
- d) obter subsídios para a formulação de plano amostral para o levantamento de campo a ser realizado na segunda fase da pesquisa; e
- e) subsidiar a definição ou adequação de políticas e ações governamentais que contemplem o associativismo rural.

## 3 - METODOLOGIA

Os procedimentos referentes ao levantamento de campo obedeceram às prescrições do projeto de pesquisa nacional. Aqueles referentes à depuração e análise dos dados foram adaptados ou adotados em função da realidade paulista.

### 3.1 - Universo da Pesquisa

O público-meta desta pesquisa é o pequeno produtor membro de algum tipo de organização rural. Como não se tem uma conceituação clara do pequeno produtor, esse, proprietário ou não, para efeito desta pesquisa, é o que explora diretamente a terra, usa predominantemente mão-de-obra familiar e

tem dificuldades para reter excedentes econômicos. Portanto, não há restrição direta do tamanho do estabelecimento rural nem do volume de capital empregado. Esses fatores serão limitados, indiretamente, pela capacidade do produtor e sua família em empregá-los.

As formas de organização de produtores estão definidas nesta pesquisa como associações rurais de caráter formal e informal. As organizações formais são aquelas que dispõem de todo um amparo legal e uma regulamentação de âmbito nacional. Nesse caso encontram-se as cooperativas. As organizações informais podem, em geral, dispor, no máximo, de um estatuto que as normatizem. Nessa classificação enquadram-se os grupos orientados pelo Estado ou Igreja, como as associações comunitárias, comunidades eclesiais de base e outras formas de ajuda mútua.

Estas formas associativas são ainda subdivididas quanto a registro de estatuto, em informais registradas e informais não registradas.

Devido ao número extremamente elevado de organizações existentes no meio rural, à grande variedade dos seus objetivos, às limitações de tempo e de recursos para estudá-las e à urgência em ampliar o conhecimento sobre os seus interesses e potencialidades, esta pesquisa cobre apenas as organizações que desenvolvem atividades relacionadas à produção e comercialização de produtos agropecuários, ou seja, compra de insumos, produção propriamente dita, venda, crédito, mecanização, beneficiamento, armazenamento, transporte, assistência técnica, etc.

As organizações devem, ainda, atender aos seguintes requisitos complementares:

- a) ter predominância de pequenos produtores rurais em seus quadros, ou seja, o número de pequenos produtores associados deve ser, pelo menos:
  - 50% do total de associados nas organizações com até 100 pequenos produtores;

- 40% do total de associados nas organizações com número de pequenos produtores entre 101 e 1.000;
- 30% do total de associados nas organizações com mais de 1000 pequenos produtores;
- b) ser de caráter permanente, embora possam ser desativadas temporariamente em razão de suas próprias atividades (por exemplo, colheita);
- e
- c) ter, no mínimo, cinco membros que representem unidades produtivas distintas, podendo ou não possuir laços de parentesco.

A pesquisa abrange todos os municípios do Estado de São Paulo onde existam organizações que preencham os requisitos mencionados.

### 3.2 - Cadastro

O cadastro consiste em conhecer o maior número possível de formas de organizações de pequenos produtores rurais que estejam ligadas ao processo de produção e comercialização do setor agropecuário.

O formulário de coleta de dados para o cadastro foi estruturado de forma a permitir a identificação, qualificação e classificação das organizações.

Com o apoio de convênio entre a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER/MA) e a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, técnicos do Instituto de Cooperativismo e Associativismo (ICA) e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) preencheram 403 formulários, em todo o território paulista, no período de outubro de 1986 a fevereiro de 1987.

Submetidos a um processo de depuração, foram excluídos 132 formulários, sendo 57 referentes a filiais de cooperativas que duplicaram informações de suas respectivas centrais, 15 sindicatos e 3 associações que não desenvolviam atividades eco-

nômicas, 2 formulários duplicados e 55 organizações que não tinham predominância de pequenos produtores.

Os resultados obtidos foram agrupados em 18 quadros, sendo que em 16 deles a variável apresentada é desdobrada segundo o tipo de organização, caracterizado por sua situação jurídica, ou seja: formais (ou cooperativas), informais registradas e informais não registradas. Nestes casos, as porcentagens foram sempre calculadas em relação ao número de organizações, por tipo e total. Tal procedimento foi adotado inclusive no caso de respostas múltiplas.

### 4 - RESULTADOS

Foram analisadas, no Estado de São Paulo, 271 organizações de pequenos produtores rurais, sendo 57 informais não registradas, 90 informais registradas e 124 formais.

Os órgãos de Governo (estadual ou federal) foram os principais apoiadores da criação destas organizações (quadro 1). Agregando-se o apoio de órgãos de Governo ao das prefeituras municipais, chega-se a 41,0% do total; 54,4% nas organizações informais não registradas; 56,7% nas informais registradas e 23,4% nas formais. A maioria das informais foi criada com o apoio do poder público, enquanto a maioria das cooperativas foi criada espontaneamente ou induzida por outras cooperativas.

A Igreja, provavelmente através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), teve papel destacado na criação das organizações informais.

As cooperativas criadas com o apoio da agroindústria são predominantemente de laticínios e de plantadores de cana. Essas últimas atuam em conjunto com uma associação, um sindicato e uma cooperativa de crédito, onde não predominam os pequenos produtores. Esse complexo administrativo do setor canavieiro é descrito por GONÇALVES et

QUADRO 1. -Principal Fonte de Apoio na Criação das Organizações Rurais do Estado de São Paulo, Segundo o Tipo de Organização, 1986/87

Fonte de apoio	Tipo de organização rural							
	Informal não registrada		Informal registrada		Formal		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Nenhuma	10	17,5	14	15,6	39	31,5	63	23,2
Igreja	9	15,8	5	5,6	0	0,0	14	5,2
Sindicato	1	1,8	6	6,7	6	4,8	13	4,8
Governo	24	42,1	34	37,8	27	21,8	85	31,4
Cooperativa	3	5,3	5	5,6	28	22,6	36	13,3
Prefeitura	7	12,3	17	18,9	2	1,6	26	9,6
Liderança política	0	0,0	0	0,0	4	3,2	4	1,5
Agroindústria	0	0,0	0	0,0	8	6,5	8	3,0
Outra	2	3,5	9	10,0	10	8,1	21	7,7
Sem resposta	1	1,8	0	0,0	0	0,0	1	0,4
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>	<b>124</b>	<b>100,0</b>	<b>271</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

alii (1).

A época de criação das organizações permite traçar uma distinção muito clara entre as cooperativas - apenas 12,9% criadas na década de 80, até 1986, data da pesquisa - e as organizações informais - 91,2% das não registradas e 81,1% das registradas criadas no mesmo período (quadro 2).

Relatório do Governo do Estado de São Paulo (3), do período 1983/86, indica forte apoio ao associativismo de pequenos produtores através de programas como: armazéns comunitários, apicultura e outros.

Por outro lado, o fomento ao cooperativismo foi mais eficiente nos anos sessenta, quando foram criadas 34,7% destas organizações.

A área de abrangência da atuação das organizações rurais paulistas também mostra uma distinção clara entre as cooperativas que, em 87,1% dos casos, atuam além dos limites municipais e as organizações informais, que predominantemente atuam dentro destes limites (quadro 3). Metade das organizações informais não registradas atua somente ao nível de grupo de vizinhança ou bairro rural.

Grande parte (42,5%) das organizações rurais paulistas está localizada nas Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs) de Campinas (18,5%), Marília (13,3%) e Ribeirão Preto (10,7%), caracterizadas como regiões de agricultura altamente tecnificada (quadro 4). Por outro lado, as DIRAs de Araçatuba (5,2%), Presidente Prudente (7,4%) e Vale do Paraíba (5,9%) sediam apenas 18,5% das organizações rurais de São Paulo e caracterizam-se pela importância da pecuária de corte e de leite.

Apenas duas DIRAs apresentam um número de organizações informais muito superior ao de formais: Litoral (que inclui o Vale do Ribeira) e Sorocaba (onde concentra-se a produção de feijão de São Paulo). Essas duas regiões concentram 22,5% das organizações informais, o que pode ser apontado como resultado do tratamento prio-

ritário dado por órgãos de governo e Igreja, principalmente no período 1983-86.

Quanto à atividade principal desenvolvida pelas organizações rurais em São Paulo, destacam-se a venda da produção (24,4%), a compra de insumos (21,8%) e a produção (17,3%) (quadro 5). Há uma nítida diferenciação entre as cooperativas e as organizações informais registradas e as não registradas. Entre as cooperativas, a atividade principal é a compra de insumos (33,1%) ou venda da produção (30,0%); entre as informais registradas, a atividade principal é a produção (21,1%) ou a assistência técnica (17,8%); e, entre as informais não registradas, a atividade principal é a produção (33,3%) ou a venda da produção (26,3%).

Observando-se, também, o conjunto de atividades desenvolvidas pelas organizações rurais, verifica-se que a compra de insumos é praticada por 57,2% delas e assume um papel crescente conforme a complexidade da organização (quadro 6). Mais tecnificados, é de se esperar que os produtores cooperados consumam mais insumos do que os associados a pequenas organizações informais. Ao contrário, é nessas últimas que a atividade de produção propriamente dita tem uma importância relativa maior (43,9%). A venda da produção é a única atividade que não mostra uma relação com o tipo de organização e, conseqüentemente, com o tamanho e outras variáveis vinculadas ao tipo.

A assistência técnica, que é a atividade principal para apenas 8,9% das organizações, é praticada por 56,5% delas. As atividades de beneficiamento e armazenamento mostram clara relação com o tipo de organização, crescendo de importância de acordo com a complexidade e tamanho. O mesmo parece ocorrer com o crédito e transporte. Já a mecanização está relacionada com as associações informais.

A relação entre o tipo e o

QUADRO 2.- Década em que as Organizações Rurais do Estado de São Paulo Foram Criadas, Segundo o Tipo de Organização, 1986/87

Década de criação	Tipo de organização rural							
	Informal não registrada		Informal registrada		Formal		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
80	52	91,2	73	81,1	16	12,9	141	52,0
70	3	5,3	10	11,1	24	19,4	37	13,7
60	1	1,8	4	4,4	43	34,7	48	17,7
50	0	0,0	2	2,2	18	14,5	20	7,4
40	1	1,8	1	1,1	11	8,9	13	4,8
30	0	0,0	0	0,0	10	8,1	10	3,7
20	0	0,0	0	0,0	2	1,6	2	0,7
Total	57	100,0	90	100,0	124	100,0	271	100,0

Fonte: Dados da pesquisa - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.



QUADRO 3. - Área de Atuação das Organizações Rurais do Estado de São Paulo, Segundo o Tipo de Organização, 1986/87

Área de atuação	Tipo de organização rural							
	Informal não registrada		Informal registrada		Formal		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Grupo de vizinhança	9	15,8	2	2,2	2	1,6	13	4,8
Comunidade	20	35,1	27	30,0	1	0,8	48	17,7
Distrito	1	1,8	5	5,6	0	0,0	6	2,2
Município	18	31,6	25	27,8	8	6,5	51	18,8
Outros municípios	6	10,5	29	32,2	87	70,2	122	45,0
Outros estados	0	0,0	1	1,1	21	16,9	22	8,1
Outra	3	5,3	1	1,1	5	4,0	9	3,3
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>	<b>124</b>	<b>100,0</b>	<b>271</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

QUADRO 4.- Distribuição Regional das Organizações Rurais do Estado de São Paulo,  
Segundo o Tipo de Organização, 1986/87

Divisão Regional Agrícola	Tipo de organização rural							
	Informal não registrada		Informal registrada		Formal		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Araçatuba	6	10,5	5	5,6	3	2,4	14	5,2
Bauru	0	0,0	9	10,0	15	12,1	24	8,9
Campinas	7	12,3	14	15,6	29	23,4	50	18,5
Litoral	13	22,8	12	13,3	1	0,8	26	9,6
Marília	7	12,3	10	11,1	19	15,3	36	13,3
Pres.Prudente	6	10,5	2	2,2	12	9,7	20	7,4
Ribeirão Preto	6	10,5	10	11,1	13	10,5	29	10,7
S.J. Rio Preto	6	10,5	5	5,6	13	10,5	24	8,9
Sorocaba	4	7,0	17	18,9	11	8,9	32	11,8
Vale Paraíba	2	3,5	6	6,7	8	6,5	16	5,9
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>	<b>124</b>	<b>100,0</b>	<b>271</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

QUADRO 5. - Atividade Principal das Organizações Rurais do Estado de São Paulo, Segundo o Tipo de Organização, 1986/87

Atividade principal	Tipo de organização rural							
	Informal não registrada		Informal registrada		Formal		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Compra de insumos	10	17,5	8	8,9	41	33,1	59	21,8
Produção	19	33,3	19	21,1	9	7,3	47	17,3
Venda da produção	15	26,3	13	14,4	38	30,6	66	24,4
Crédito	0	0,0	0	0,0	1	0,8	1	0,4
Mecanização	2	3,5	5	5,6	0	0,0	7	2,6
Beneficiamento	4	7,0	9	10,0	13	10,5	26	9,6
Armazenamento	1	1,8	8	8,9	7	5,6	16	5,9
Transporte	0	0,0	0	0,0	2	1,6	2	0,7
Assistência técnica	4	7,0	16	17,8	4	3,2	24	8,9
Outras	2	3,5	12	13,3	9	7,3	23	8,5
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>	<b>124</b>	<b>100,0</b>	<b>271</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

QUADRO 6.- Atividades Desenvolvidas pelas Organizações Rurais do Estado de São Paulo, Segundo o Tipo de Organização, 1986/87

Atividades desenvolvidas (múltiplas)	Tipo de organização rural							
	Informal não registrada		Informal registrada		Formal		Total	
	Número	%(1)	Número	%(1)	Número	%(1)	Número	%(1)
Compra de insumos	18	31,6	37	41,1	100	80,6	155	57,2
Produção	25	43,9	30	33,3	27	21,8	82	30,3
Venda da produção	34	59,6	46	51,1	80	64,5	160	59,0
Crédito	4	7,0	5	5,6	15	12,1	24	8,9
Mecanização	6	10,5	15	16,7	4	3,2	25	9,2
Beneficiamento	4	7,0	18	20,0	48	38,7	70	25,8
Armazenamento	5	8,8	23	25,6	38	30,6	66	24,4
Transporte	5	8,8	6	6,7	12	9,7	23	8,5
Assistência técnica	22	38,6	42	46,7	89	71,8	153	56,5
Outras	2	3,5	10	11,1	9	7,3	21	7,7

(1) Porcentagens calculadas em relação ao número de organizações.

Fonte: Dados da pesquisa - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

tamanho das organizações, medida pelo número de associados, mostra que 78,9% das informais não registradas têm até 50 associados, 53,4% das informais registradas têm de 21 a 100 associados, enquanto 54,1% das cooperativas têm mais de 500 (quadro 7).

Quanto ao número de pequenos produtores associados, o quadro é semelhante ao anterior (quadro 8). Apenas que as 60 maiores cooperativas têm mais de 80.000 pequenos produtores associados, quando as associações informais registradas têm um total 10.729 e as não registradas têm 1.695. Isso mostra que, no Estado de São Paulo, a grande maioria dos pequenos produtores organizados está plenamente integrada ao complexo rural capitalista.

A compra de insumos é, predominantemente, feita livremente no mercado e, quando isto não ocorre, não fica bem caracterizada uma relação de maior subordinação (quadros 9 e 10). Entre as organizações que compram insumos de poucos ou de um único fornecedor estão filiais de cooperativas e outras com atividades muito específicas, vinculadas à agroindústria ou criação de animais, como abelhas e rãs, cujos mercados são restritos.

A maioria das organizações informais simplesmente não compra insumos mas, entre aquelas que desenvolvem essa atividade, a maior parte o faz livremente.

Entre as organizações que se dedicam à produção propriamente dita, predomina a utilização de mão-de-obra própria (24,7%), em relação à contratada (5,5%) (quadro 11). Esse predomínio é absoluto entre as informais não registradas (respectivamente 43,9% e 0,0%).

A análise do mercado de produtos é muito semelhante à do mercado de insumos, exceto pelo fato da venda da produção não estar correlacionada com o tipo de organização e ocorrer um pouco menos livremente, que a compra de insumos (quadros 12 e 13). Entre as organizações que não vendem livremente

encontram-se filiais de cooperativas, cooperativas ligadas à agropecuária, cooperativas produtoras de café, organizações de citricultores e outras ligadas à produção de álcool, açúcar, etc. As vendas para um único comprador, classificado como "outro", no total de 4, incluem 1 filial de cooperativa e 3 pequenas associações do Vale do Ribeira criadas com o apoio da Igreja. Nesses casos, a venda para um único comprador pode estar ocorrendo em condições mais vantajosas para o pequeno produtor.

Devem também ser levados em consideração os diferentes mecanismos de formação de preços agrícolas, como os de álcool, açúcar, laranja, café, leite, trigo, etc, que, muitas vezes, envolvem negociações ao nível estadual ou nacional, com papel importante do Governo federal. Em São Paulo, poucos são os preços formados em mercados competitivos onde os pequenos produtores organizados possam influir.

Apenas 8,9% das organizações cadastradas trabalham com crédito rural (repassando-o aos associados), sendo que grande parte delas é vinculada à produção de hortigranjeiros e obtém recursos através de repasses da cooperativa central (quadro 14).

A mecanização também é praticada por um pequeno número de organizações (quadro 15). A propriedade das máquinas e implementos é, predominantemente, da própria organização ou de seus associados. O Governo aparece cedendo máquinas para 5 associações de produtores.

O beneficiamento é uma atividade desenvolvida por 26,2% das organizações, aparecendo com mais destaque entre as cooperativas (38,7%), que são proprietárias das instalações e equipamentos (quadro 16). Por outro lado, apenas 5 (8,8%) das associações informais não registradas trabalham com beneficiamento, com o apoio do Governo em 3 delas.

Na atividade de armazenamento, o quadro é semelhante, destacando-se o papel do Governo que, através do

QUADRO 7. -Número Total de Associados das Organizações Rurais do Estado de São Paulo, Segundo o Tipo de Organização, 1986/87

Número total de associados	Tipo de organização rural							
	Informal não registrada		Informal registrada		Formal		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Até 20	21	36,8	9	10,0	0	0,0	30	11,1
21 a 50	24	42,1	23	25,6	0	0,0	47	17,3
51 a 100	10	17,5	25	27,8	9	7,3	44	16,2
101 a 200	2	3,5	13	14,4	14	11,3	29	10,7
201 a 500	0	0,0	13	14,4	24	19,4	37	13,7
501 a 1000	0	0,0	4	4,4	32	25,8	36	13,3
acima de 1000	0	0,0	3	3,3	45	36,3	48	17,7
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>	<b>124</b>	<b>100,0</b>	<b>271</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

QUADRO 8.- Número de Pequenos Produtores Associados das Organizações Rurais do Estado de São Paulo, Segundo o Tipo de Organização, 1986/87

Número de pequenos produtores associados	Tipo de organização rural							
	Informal não registrada		Informal registrada		Formal		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
1 a 20	27	47,4	13	14,4	0	0,0	40	14,8
21 a 50	20	35,1	27	30,0	2	1,6	49	18,1
51 a 100	9	15,8	25	27,8	12	9,7	46	17,0
101 a 200	1	1,8	10	11,1	20	16,1	31	11,4
201 a 500	0	0,0	11	12,2	30	24,2	41	15,1
501 a 1000	0	0,0	4	4,4	30	24,2	34	12,5
acima de 1000	0	0,0	0	0,0	30	24,2	30	11,1
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>	<b>124</b>	<b>100,0</b>	<b>271</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

QUADRO 9. - Forma Predominante de Compra de Insumos das Organizações Rurais do Estado de São Paulo, Segundo o Tipo de Organização, 1986/87

Forma predominante de compra	Tipo de organização rural							
	Informal não registrada		Informal registrada		Formal		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Livremente no mercado	12	21,1	31	34,4	80	64,5	123	45,4
De poucos fornecedores	5	8,8	4	4,4	16	12,9	25	9,2
De um único fornecedor	1	1,8	2	2,2	4	3,2	7	2,6
Não compram insumos	39	68,4	53	58,9	24	19,4	116	42,8
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>	<b>124</b>	<b>100,0</b>	<b>271</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.



QUADRO 10.- Forma Predominante de Compra de Insumos das Organizações Rurais do Estado de São Paulo, Que Não o Fazem Livrementemente no Mercado Segundo o Tipo de Fornecedor Principal, 1986/87

(em número)

Forma predominante de compra	Fornecedor principal				
	Cooperativa	Comerciante	Agroindústria	Governo	Outros
De poucos fornecedores	8	8	8	-	1
De um único fornecedor	2	1	2	1	1
Total	10	9	10	1	2

Fonte: Dados da pesquisa - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

QUADRO 11.- Tipo de Mão-de-Obra Mais Utilizado nas Organizações Rurais do Estado de São Paulo, Segundo o Tipo de Organização, 1986/87

Tipo de mão-de-obra	Tipo de organização rural							
	Informal não registrada		Informal registrada		Formal		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Própria	25	43,9	25	27,8	17	13,7	67	24,7
Contratada	0	0,0	5	5,6	10	8,1	15	5,5
Não tem atividade de produção	32	56,1	60	66,7	97	78,2	189	69,7
Total	57	100,0	90	100,0	124	100,0	271	100,0

Fonte: Dados da pesquisa - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

QUADRO 12. - Forma Predominante de Venda da Produção das Organizações Rurais do Estado de São Paulo, Segundo o Tipo de Organização, 1986/87

Forma Predominante de Venda	Tipo de organização rural							
	Informal não registrada		Informal registrada		Formal		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Livremente no mercado	20	35,1	28	31,1	61	49,2	109	40,2
Para poucos compradores	7	12,3	17	18,9	11	8,9	35	12,9
Para um único comprador	7	12,3	1	1,1	8	6,5	16	5,9
Não vendem a produção	23	40,4	44	48,9	44	35,5	111	41,0
Total	57	100,0	90	100,0	124	100,0	271	100,0

Fonte: Dados da pesquisa - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

QUADRO 13.-Forma Predominante de Venda da Produção das Organizações Rurais do Estado de São Paulo, Que Não o Fazem Livremente no Mercado, Segundo o Tipo de Comprador Principal, 1986/87

(em número)

Forma predominante de venda	Comprador principal					
	Governo	Cooperativa	Comerciante	Agroexportadora	Agroindústria	Outros
Para poucos compradores	3	0	18	2	7	5
Para um único comprador	1	9	0	0	2	4
Total	4	9	18	2	9	9

Fonte: Dados da pesquisa - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

QUADRO 14. - Principal Agente Fornecedor de Crédito das Organizações Rurais do Estado de São Paulo, Segundo o Tipo de Organização, 1986/87

Principal agente fornecedor de crédito	Tipo de organização rural							
	Informal não registrada		Informal registrada		Formal		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
A própria organiz.	0	0,0	0	0,0	7	5,6	7	2,6
Banco oficial	4	7,0	4	4,4	6	4,8	14	5,2
Outros	0	0,0	1	1,1	2	1,6	3	1,1
Não trabalham com crédito	53	93,0	85	94,4	109	87,9	247	91,1
Total	57	100,0	90	100,0	124	100,0	271	100,0

Fonte: Dados da pesquisa - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

QUADRO 15.- Proprietário das Máquinas e Implementos de Mecanização das Organizações Rurais do Estado de São Paulo, Segundo o Tipo de Organização, 1986/87

Proprietário das Máquinas e Implementos de Mecanização	Tipo de organização rural							
	Informal não registrada		Informal registrada		Formal		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
A própria organiz.	1	1,8	7	7,8	6	4,8	14	5,2
Associados	3	5,3	3	3,3	1	0,8	7	2,6
Governo	1	1,8	4	4,4	0	0,0	5	1,8
Outro	1	1,8	1	1,1	0	0,0	2	0,7
Não trabalham com mecanização	51	89,5	75	83,3	117	94,4	243	89,7
Total	57	100,0	90	100,0	124	100,0	271	100,0

Fonte: Dados da pesquisa - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

QUADRO 16.- Proprietário das Instalações e Equipamentos de Beneficiamento Organizações Rurais do Estado de São Paulo, Segundo o Tipo de Organização, 1986/87

Proprietário das Instalações e Equipamentos de Beneficiamento	Tipo de organização rural							
	Informal não registrada		Informal registrada		Formal		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
A própria organiz.	0	0,0	13	14,4	46	37,1	59	21,8
Associados	1	1,8	1	1,1	2	1,6	4	1,5
Governo	3	5,3	2	2,2	0	0,0	5	1,8
Outro	1	1,8	2	2,2	0	0,0	3	1,1
Não trabalham com beneficiamento	52	91,2	72	80,0	76	61,3	200	73,8
Total	57	100,0	90	100,0	124	100,0	271	100,0

Fonte: Dados da pesquisa - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Programa de Armazéns Comunitários, estimulou a formação de associações informais registradas de pequenos produtores (quadro 17). O presente cadastro registrou apenas a fase inicial desse programa, que continua vigorando no Estado de São Paulo.

A assistência técnica é uma atividade desenvolvida pela maioria das organizações, sendo que, entre as cooperativas, ela é prestada predominantemente (55,6%) por técnicos próprios e, entre as associações informais, ela é principalmente (32,6%) prestada por técnicos do governo (quadro 18). Aparentemente o papel dos fornecedores de insumos é muito pequeno (1,1%).

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos sete anos da década de 80, abrangidos por esta pesquisa, a organização de pequenos produtores no Estado de São Paulo foi fortemente induzida por órgãos de Governo, prefeituras municipais e Igreja.

O tipo de organização mais estimulado por estes agentes foi o informal, com estatuto registrado em cartório ou não.

As associações informais não registradas caracterizam-se por terem uma área de abrangência restrita; predominarem nas regiões agrícolas menos tecnificadas; dedicarem-se, principalmente, à produção propriamente dita; terem 50 associados ou menos; dedicarem-se pouco à compra de insumos, ao crédito rural, beneficiamento e armazenagem.

As associações informais registradas caracterizam-se por: terem uma abrangência um pouco maior; terem presença mais forte nas regiões agrícolas em processo de tecnificação; dedicarem-se tanto à produção quanto à assistência técnica; terem um número médio de associados; exercerem pouco as atividades de compra de insumos, crédito e beneficiamento, mas terem

presença marcante na armazenagem.

Estas associações informais, registradas ou não, recebem assistência técnica predominantemente de agentes governamentais.

Finalmente, as cooperativas, ou organizações rurais formais, mostram um perfil bem diferente, caracterizando-se por terem sido criadas, em grande parte, espontaneamente; terem abrangência territorial ampla; predominarem nas regiões agrícolas mais tecnificadas do Estado; dedicarem-se, principalmente, à comercialização (compra e venda); terem grande número de filiados; terem a esmagadora maioria dos pequenos produtores organizados do Estado e exercerem, em maiores proporções as atividades de crédito, beneficiamento e armazenagem.

Por outro lado, as dificuldades metodológicas encontradas em uma pesquisa sobre pequenos produtores rurais começam pela falta de definição clara do que seja esse segmento social. No presente cadastro, a classificação de pequenos produtores deve representar a visão dos técnicos da Secretaria da Agricultura, usando do bom senso dentro de cada região em particular.

Infelizmente, a evolução da agricultura brasileira não foi acompanhada por uma evolução do quadro teórico conceitual e muito menos na forma de levantamentos estatísticos. As informações censitárias ainda se baseiam na classificação dos produtores pelo tamanho do estabelecimento ou da propriedade.

Assim, não há como iniciar uma pesquisa sobre pequenos produtores tendo conhecimento prévio da definição do objeto da própria pesquisa. O único caminho possível é, com base em um quadro teórico ainda genérico e com base nos dados empíricos levantados, ir definindo o conceito de pequeno produtor no próprio processo da pesquisa.

Outro conceito a ser melhor definido e explicitado em casos concretos é o da subordinação ao com-



QUADRO 17.- Proprietário das Unidades de Armazenamento das Organizações Rurais do Estado de São Paulo, Segundo o Tipo de Organização, 1986/87

Proprietário das Unidades de Armazenamento	Tipo de organização rural							
	Informal não registrada		Informal registrada		Formal		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
A própria organiz.	1	1,8	8	8,9	34	27,4	43	15,9
Associados	3	5,3	0	0,0	1	0,8	4	1,5
Governo	0	0,0	11	12,2	2	1,6	13	4,8
Outro	0	0,0	4	4,4	1	0,8	5	1,8
Não trabalham com armazenamento	53	93,0	67	74,4	86	69,4	206	76,0
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>	<b>124</b>	<b>100,0</b>	<b>271</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

QUADRO 18.- Principal Agente Prestador de Assistência Técnica das Organizações Rurais do Estado de São Paulo, Segundo o Tipo de Organização, 1986/87

Principal Agente Prestador de Assistência Técnica	Tipo de organização rural							
	Informal não registrada		Informal registrada		Formal		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Governo	19	33,3	29	32,2	1	0,8	49	18,1
Cooperativa	1	1,8	1	1,1	69	55,6	71	26,2
Particular contratado	0	0,0	2	2,2	11	8,9	13	4,8
Fornecedor de insumos ou máquinas	2	3,5	0	0,0	1	0,8	3	1,1
Outro	0	0,0	11	12,2	6	4,8	17	6,3
Não trabalham com assistência técnica	35	61,4	47	52,2	36	29,0	118	43,5
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>	<b>124</b>	<b>100,0</b>	<b>271</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

plexo agroindustrial. Em um sentido amplo, essa subordinação é um avanço ou um retrocesso? Melhora ou piora as condições de vida do pequeno produtor? Esta subordinação pode propiciar, simultaneamente, uma maior receita líquida para o pequeno produtor e uma maior captação do excedente pelo capital? Quais as formas de organização que permitem uma maior captação do excedente pelo pequeno produtor?

Essas dúvidas, trabalhadas como hipóteses, poderão ser testadas na segunda fase da pesquisa, comparando, dentro de cada contexto regional, o volume de excedente gerado e a proporção retida por pequenos produtores isolados com os daqueles organizados.

No caso particular de São Paulo, onde as relações capitalistas predominam de forma quase absoluta, sejam restritas ao mercado do produto ou amplas como o complexo agroindustrial e, grande parte, ou mesmo a maioria, dos pequenos produtores é organizada, deveria ser priorizada a comparação entre as organizações. Parece evidente que a concentração de mais de 80.000 pequenos produtores, em 30 cooperativas, proporciona elevado poder de compra de insumos e de venda da produção, condições para maior captação do excedente. Cabe verificar se e como isso beneficia os pequenos produtores paulistas.

SENACoop/EMBRATER. Projeto de pesquisa sobre formas de organização de pequenos produtores rurais no Brasil. Brasília, 1986. 31p. (nao publicado)

3. SÃO PAULO. Governo. A batalha da alimentação no Governo Montoro. São Paulo, 1987. 204p.

4. SILVA, José G. da, coord. Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro. Campinas, UNICAMP, 1982. 42p.

#### LITERATURA CITADA

1. GONÇALVES; José S.; OLIVEIRA, Te-rezinha C.; MARTIN, Nelson B. O cooperativismo agrícola e o complexo sucro-alcooleiro: o caso COPLANA. Perspectiva Econômica, São Leopoldo, 22(59):77-176, jun./dez.1987.
2. LLOSA, J.L. La pequeña producción rural en una formación social capitalista. In: BRASIL. Ministério da Agricultura. SUPLAN/